

Estudos Italianos em Portugal

Instituto
Italiano
de Cultura
de Lisboa

Nova Série
Nº 5
2010

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O ensino do italiano na Universidade de Coimbra remonta, em termos formais, ao momento da criação da sua Faculdade de Letras, há aproximadamente um século. Ao longo desse lapso temporal, sofreu uma grande evolução, oferecendo sempre mais latas potencialidades de desenvolvimento.

No conjunto de textos que segue, começa-se por fazer o esboço histórico desse complexo processo de crescimento, o qual tem por sucedâneo a apresentação do actual quadro de actividade. A terminar, é elaborada uma súmula da legislação relativa ao ensino do italiano, desde a fundação da Faculdade de Letras, em 1911, até aos nossos dias.

PERSPECTIVA HISTÓRICA

RITA MARNOTO*

Um dos poucos portugueses referido por Dante, na *Commedia*, é precisamente o fundador da Universidade de Coimbra, o rei-poeta D. Dinis, que a criou por bula de 1 de Março de

* Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde ensina literatura, cultura e linguística italianas, e tradução. Coordenadora da Área de Italiano.

1290. *Quel del Portogallo* – escreve Dante (*Par.*19.139). Esta circunstância simboliza bem a ancestralidade de uma ligação que, ao longo dos séculos, se tem vindo a sedimentar de um modo cada vez mais próximo.

Na verdade, o ensino do italiano na Universidade de Coimbra é charneira de um sem número de articulações que se estendem no tempo, densas de significado e saturadas de valências. Mostra-o bem a abrangência e a transversalidade desse percurso diacrónico, pelo modo como a história do ensino do italiano se intersecta com a história das instituições, da diplomacia e até da literatura e das outras artes, pondo em evidência a proximidade dos elos que unem Portugal e Itália. Aliás, a ideia de ensino do italiano vale, desde logo, por sinédoque, num espectro que engloba áreas disciplinares que vão da filologia, à língua, à literatura, à cultura e, mais recentemente, à linguística, à tradução, ao turismo, ao cinema, ao teatro, à biblioteconomia ou à comparatística.

Apesar de o campo das humanidades gozar de uma incidência privilegiada, o impacto do italiano na UC extravasa esse âmbito restrito.

Dos séculos que precedem a fundação da Faculdade de Letras em 1911 (vd. infra, “Súmula legislativa”, Decreto publicado no *Diário do Governo*, n.º 109, de 11 de Maio), sublinhem-se, a esse propósito, dois momentos-chave. O primeiro, é o da transferência definitiva da Universidade para Coimbra, quando D. João III cede o palácio real a esta instituição e é fundado o Colégio das Artes. Os estudantes podiam então seguir as lições de hebreu de Eusebio da Imola ou as prelecções de Prima, em leis, do romano Fabio Arcas de Narnia. O segundo momento leva-nos até ao actual Museu da Ciência, em cujo espólio se conservam os instrumentos de experimentação pertencentes ao Gabinete de Física, criado em finais do século XVIII por Giovanni Della Bella. Ao nome deste professor da UC, associam-se os de Domenico Vandelli, fundador do Jardim Botânico,

cujo desenho segue o do Jardim de Pádua, Luigi Chicci, médico, Michele Franzini, matemático, ou Michele Antonio Ciera, astrónomo. Foram chamados, todos eles, à UC, pelo Marquês de Pombal, no quadro de um vasto plano de renovação dos estudos científicos. O Ministro de D. José mandou também construir, para o efeito, um edifício que é o primeiro laboratório químico da Europa projectado de raiz. Transformado em Museu da Ciência, foi alvo, recentemente, de uma operação de recuperação arquitectónica que mereceu os prémios Micheletti, ENOR e Diogo de Castilho. Funciona como núcleo museológico com programação didáctica.

O marco cronológico que assinala os primórdios do ensino do italiano, como matéria autónoma, na UC, é o ano de 1911, quando é criada a Faculdade de Letras, sob a égide dos ideais de instrução propagados pela recém instaurada República. A reestruturação do ensino universitário responde, aliás, àquele ideário de formação cívica que alastrou por toda a Europa, depois do fim do Antigo Regime, e que também no Risorgimento italiano e nas suas infiltrações internacionais encontrou uma via de propagação.

Em 1913, é aberto um Curso Livre de Italiano, leccionado por Ferrand Pimentel de Almeida, há pouco regressado da Universidade Gregoriana de Roma. Este curso continuará a funcionar, de forma mais ou menos regular, ao longo do tempo. No ano seguinte, é pela primeira vez leccionada a disciplina de Literaturas Espanhola e Italiana, do quarto ano da licenciatura em Filologia Românica, regida por Eugénio de Castro, que era francesista, embora tivesse ficado mais conhecido enquanto poeta simbolista. Foi Director da Faculdade, assumiu o cargo de Director do Instituto de Italiano durante muitos anos e sempre se manteve de perto ligado ao italiano.

Os propósitos de estreitamento das relações culturais entre a UC e a Itália ganharam consistência com a Ditadura Militar

que governou Portugal a partir de 1926. Foram vários os factores que acalentaram essa aproximação, todos eles muito prementes, de entre os quais se salientam os objectivos de relacionamento internacional que a Faculdade de Letras perseguia, a eficácia do programa cultural do Fascismo italiano e a simpatia que o regime totalitário de Mussolini merecia não só à Ditadura Militar, como também ao Estado Novo posteriormente implantado pela constituição de 1933. De facto, ao longo de todo esse período a UC foi primordial centro de recrutamento para cargos ministeriais.

Por intermédio de Guido Vitaletti, que exercia funções diplomáticas, em 1927 o governo de Mussolini apresentou a proposta de criação da Sala Italiana, que foi prontamente acolhida. É inaugurada a 26 de Julho do ano seguinte, com honras oficiais. O apoio das autoridades italianas foi intenso e generoso. Por essa ocasião, foi enviado para a UC um leitor a custo do estado italiano. Foi também oferecido um acervo de 3000 livros, um dos factores que faz da actual Biblioteca de Estudos Italianos uma das melhor apetrechadas do país. Nem o plano artístico foi descurado, com a remessa de várias peças decorativas que ainda hoje se conservam, e sem esquecer o revestimento a damasco das paredes da Sala, situada no antigo edifício da Faculdade de Letras, onde hoje funciona a Biblioteca Geral da UC. O Director da Sala Italiana, também designada como Instituto de Italiano, foi, inicialmente, Guido Vitaletti, ao qual se seguiu, a curto prazo, Eugénio de Castro.

Com a fundação do Instituto, as actividades culturais italianas ganharam um dinamismo que se traduziu na organização, em continuidade, de exposições, conferências e visitas protocolares. O primeiro Curso de Férias funcionou, na Faculdade de Letras, no ano de 1925, com objectivos de internacionalização decorrentes do ensino de línguas estrangeiras. Na cerimónia de encerramento do Curso de 1928, Guido Battelli e Guido Vitaletti são condecorados

com a Ordem de S. Tiago da Espada. A distinção dos dois italianos, o segundo dos quais representava o Ministro de Itália em Portugal, mostra também a proximidade dos elos de ligação cultural entre a UC e dois regimes políticos em convergência.

Remonta a este mesmo período o livro de honra em cujas páginas os visitantes continuam, ainda hoje, a registar a sua presença na UC. Tem gravado, sobre capa de carneira, a letras de ouro, *Istituto Italiano di Coimbra*, e a primeira assinatura é a de Benito Mussolini, datada de Roma, 18 settembre 1929-VIII (ou seja, oitavo ano do regime fascista, imposto em 1922). Já se colocou a hipótese de que tivesse sido enviado, a título de oferta, por ocasião da visita que 1300 jovens italianos fizeram a Lisboa, em Setembro desse mesmo ano. Pertenciam às organizações da mocidade fascista e viajavam a bordo do *Cesare Battisti*. A operação tinha claros intuitos de propaganda, perseguidos com ambição, considerando que no seu seio se contavam dois filhos de Mussolini, Vittorio e Bruno.

Desta feita, os estudos italianos foram ganhando um prestígio que em muito superava o modesto lugar que continuavam a ocupar no plano curricular da licenciatura em Filologia Românica, com uma única disciplina. Neste quadro, revela-se particularmente inovador, para o ensino da literatura italiana, o contributo de Guido Battelli, no cerne de um interrelacionamento muito vivaz. Battelli, além de ter estudado aspectos das relações históricas entre Portugal e Itália, traduziu para italiano vários poetas portugueses, de entre os quais o próprio Eugénio de Castro. Essa disciplina fora anteriormente leccionada por Eugénio de Castro, Fer-rand Pimentel de Almeida, Mendes dos Remédios e até pelo francês Raymond Bernard, os quais, como romanistas, se ficavam pelo período das origens, indo pouco mais além do que Dante. Contudo, quando Battelli assume a leccionação de História da Literatura Italiana, no ano de 1929-1930,

introduz significativas alterações nos programas anteriormente leccionados, ao incluir autores de grande actualidade, como os poetas Carducci, D'Annunzio e Pascoli, para além de Manzoni, Verga, Fogazzaro, Papini, Giuliotti, Leopardi, Boito ou De Amicis. Na verdade, ao descrever a linha que, do Verismo, se estende até ao Simbolismo, incidia sobre poetas que tinham muitas afinidades com Eugénio de Castro, e não só literárias. Admite-se que, quando se deslocou a Itália para participar no Congresso Volta, em 1932, o Director do Instituto de Italiano da UC se encontrou pessoalmente com D'Annunzio. Mas os contactos entre escritores fazem-se em ambas as direcções. Recorde-se que, no ano anterior, Luigi Pirandello tinha estado em Coimbra, onde fora aclamado pelos estudantes.

O trabalho desenvolvido em torno do italiano na UC torna-se pólo propulsor de uma nova iniciativa institucional, ao mais alto nível, com a criação, em 1939, de uma Secção do Instituto de Cultura Italiana em Portugal, inicialmente instalada na Faculdade de Letras da UC e dependente da sede de Lisboa. Este organismo desempenhava funções de representação diplomática, mas, além disso, desenvolveu um trabalho de divulgação da língua, da literatura, da história e do cinema italianos não só na UC e na cidade de Coimbra, como também noutras cidades vizinhas, como Aveiro ou Leiria. Por esta via, eram regularmente organizadas, nos liceus e escolas da zona, actividades de extensão cultural. Teria sido, eventualmente, o propósito de alargar o seu público e de chegar mais directamente às populações, no contexto bélico da Segunda Guerra Mundial, que levou à transferência dessa Secção para a Avenida Navarro, uma artéria central da cidade, numa situação de proximidade com a representação alemã, instalada no antigo Colégio de Santo António da Estrela, junto à Legião.

Na Avenida Navarro, a Secção do Instituto de Cultura Italiana em Portugal teve vida breve. Mas a coincidência

do funcionamento, na Faculdade de Letras, de instituições culturais ligadas ao italiano, embora com um estatuto diferenciado, vinculou a Faculdade, indissolavelmente, à representação de Itália em Coimbra. Ainda hoje, estudantes ERASMUS, investigadores da área das humanidades e da área das tecnologias ou simples viandantes que passam pela cidade se dirigem à Sala do Instituto de Estudos Italianos, sentido como referência pátria. Além disso, ao longo dos anos, sedimentou-se a tradição que faz com que todas as manifestações culturais organizadas pelo governo italiano em Coimbra, através da sua representação diplomática em Portugal, sejam levadas a cabo em colaboração com o Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras.

Mas as tensões que se vão acumulando, face ao adensamento da conjuntura internacional, também no meio universitário coimbricense se fazem sentir, com todas as suas contradições. Na abertura solene do ano de 1940-1941, Morais Sarmiento profere uma intervenção em que cita a *Carta della scuola* de Mussolini. Na mesma altura, é montada uma exposição de bibliografia fascista no Instituto de Italiano, que os alunos são coagidos a visitar. A indignação suscitada levou os estudantes, porém, a destruírem os livros expostos, pelo que a intervenção da polícia não se fez esperar.

Quando, em 1943, a Itália entrou numa situação de ruptura política, a Secção de Coimbra do Instituto de Cultura Italiana em Portugal deixou de ter condições para funcionar. O acervo dos seus livros foi então transferido para a Faculdade de Letras. Nele se integra um conjunto de obras de ideologia fascista, de reconhecido valor histórico. O seu tratamento biblioteconómico e o seu estudo, que contou com a colaboração do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, teve por resultado o catálogo editado pela Imprensa da Universidade em 2007, acompanhado por um ensaio introdutório. Entretanto, já um outro fundo viera enriquecer as estantes do Instituto de Italiano da Faculdade,

o espólio do Marquês de Faria, diplomata de grande erudição que, ao longo dos anos, compilara e estudara vasta informação acerca das relações entre Portugal e Itália ao longo dos séculos. A doação, feita em 1936, reúne livros requintados, entre edições quinhentistas, traduções de Camões e de outros poetas portugueses para italiano e as próprias obras do Marquês de Faria, hoje muito raras. A estes dois fundos, um terceiro há a acrescentar, o do rei Umberto II. Trata-se de um conjunto de livros de temática dispersa, doado pelo monarca no exílio, em pequenos lotes, por ocasião das visitas que ia fazendo a Coimbra.

A solidez dos elos que ligam o Instituto de Italiano da UC às instâncias governamentais italianas é bem ilustrada pela continuidade do seu bom relacionamento e da sua profícua colaboração no período do Pós-Guerra. À diversidade dos regimes políticos em vigor, em Itália e em Portugal, sobrepõem-se interesses comuns de âmbito cultural e geo-estratégico. Na nova ordem resultante dos acordos de Yalta, Portugal é uma peça fundamental para a estratégia do Atlântico Norte. O reconhecimento desse papel, por parte dos Estados Unidos, aliado a uma tradição de boas relações com o Reino Unido, converteu Portugal num ponto de apoio decisivo para a integração da Itália na NATO. A isso se aliavam interesses económicos da parte italiana, na exploração de matérias primas das colónias portuguesas. Esta correlação gerou uma estabilidade relacional que só na década de 1960 começou a dar os primeiros sinais de ruptura, quando eclodiram os movimentos de libertação nas colónias portuguesas.

O Instituto de Estudos Italianos da UC continuou a ser regularmente visitado pelas autoridades italianas, tendo sido organizadas múltiplas actividades culturais em colaboração. Por sua vez, pela parte portuguesa, foi feito um grande investimento na difusão do português em Itália, de forma a incentivar a criação de unidades de ensino e investigação nas suas Universidades.

E, todavia, sob uma aparente acalmia, as águas iam-se agitando.

Entre finais de 1946 e inícios de 1947, deslocou-se a Roma um grupo de técnicos, do qual faziam parte Cotinelli Telmo, Maximino Correia e outros membros da Comissão de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, a fim de visitarem o complexo monumental edificado por Mussolini. Serviu de modelo para o plano da Alta de Coimbra, rasgando, da mesma feita, uma zona antiga do tecido urbano central, para construir instalações universitárias em estilo racionalista moderno.

No plano académico, também a contratação de docentes de italiano indicia cumplicidades com o regime deposto. Em 1944, o Ministro de Itália em Portugal solicitou que fosse suspensa a contratação, pela UC, de Vincenzo Spinelli. Spinelli defendia um ideário fascista radical, num momento em que, depois da queda de Mussolini, a diplomacia procurava estabelecer consensos. O Ministério da Educação Nacional, porém, considerou esse pedido como uma atitude de intromissão, justificando a contratação pela competência do docente, e não pelas suas posições ideológicas. Mas o caso de Luigi Federzoni mostra bem o peso das questões ideológicas. Federzoni deslocara-se a Portugal por ocasião da Exposição do Mundo Português, em 1940, e fora também a Coimbra. A sua visita em muito contribuiu para a reorganização e para a ampliação das Secções do Instituto Italiano de Cultura em Portugal. Ao longo do seu percurso intelectual, aliara destacados cargos de dirigente cultural a altas responsabilidades na hierarquia fascista. Além de Presidente da Società Geografica Italiana, da Accademia d'Italia, do Istituto dell'Enciclopedia Italiana e do Istituto Fascista dell'Africa Italiana, foi também membro do Gran Consiglio Fascista, Ministro das Colónias, Ministro do Interior e Presidente do Senado. Terminada a Guerra, foi condenado a prisão perpétua, mas obteve nacionalidade portuguesa, tendo

sido contratado pela Faculdade de Letras da UC por três anos, a partir de 1947-1948. Dos registos dos sumários, não resulta qualquer dado que documente a sua prestação docente.

De um olhar retrospectivo que se estende desde os primórdios do ensino do italiano, na segunda década do século XX, até aos inícios da década de 1970, resulta uma imagem gravada a tons fortes. Bastará percorrer a secção “Vária”, da revista *Biblos*, ou as páginas da revista *Estudos Italianos em Portugal*, para colher vasta informação acerca de actividades regularmente promovidas pelo Instituto de Italiano da Faculdade de Letras de Coimbra. Contudo, a maior surpresa resulta do confronto entre essa imagem e a sua expressão no plano da docência. Na verdade, desde a fundação da Faculdade, em 1911, até à década de 1970, não se verificaram substanciais alterações quanto ao lugar ocupado pelo italiano no plano de estudos dos licenciados em Filologia Românica (vd. infra, “Súmula legislativa”). As reformas sucederam-se, as designações da disciplina ministrada variaram, mas o ensino do italiano, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, traduziu-se, ao longo de décadas, numa única cadeira de italiano, que podia ser acompanhada por um Curso Livre, quando tinha condições para funcionar. No novo quadro de inter-relacionamento que se seguiu à Segunda Guerra, a disciplina continuou a ser leccionada por professores de grande mérito, Joseph Maria Piel, Ferrand Pimentel de Almeida, Manuel de Paiva Boléo, Herculano de Carvalho, mas a língua, a literatura ou a filologia italianas não foram a área de trabalho central de nenhum deles.

A primeira tentativa de superar essa situação teve por protagonista Giacinto Manuppella, que desde a década de 1940 trabalhava em Lisboa. Foi contratado pela UC em 1957 e manteve-se ligado ao Instituto de Estudos Italianos até 1975, ano em que se reformou. O doutoramento *honoris causa* que lhe foi atribuído em 1968 reconhecia o seu mérito científico e a simpatia granjeada. No espaço em que a regulamentação

curricular da licenciatura em Filologia Românica, aprovada em 1968 (vd. infra, “Súmula legislativa”, Decreto n.º 48 627, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 240, de 12 de Outubro), instituiu um designado Seminário, no quinto ano, Manuppella conseguiu inserir um Seminário de Literatura Italiana. Podia ser escolhido em regime de opção, entre outros seminários de outras literaturas nacionais. Leccionou-o durante três anos lectivos, de 1973 a 1975, dele tendo resultado mais de uma dezena de teses de licenciatura, na sua maioria dedicadas a temas luso-italianos. Sucessivamente, foram Directores do Instituto de Estudos Italianos Ofélia Paiva Monteiro e Aníbal Pinto de Castro até 1995.

Finalmente, foi com a reestruturação curricular de 1978 (vd. infra, “Súmula legislativa”, Decreto n.º 53, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 124, de 31 de Maio) que o ensino da língua e da literatura italianas se viu idealmente colocado numa situação semelhante à de outras línguas ocidentais. A criação de uma licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, que permitia aos estudantes construírem livremente o seu currículo, juntando duas línguas e literaturas por livre escolha, através de um sistema de variantes, reflectia as mudanças trazidas pelo 25 de Abril de 1974. A integração europeia de um país que tinha vivido numa situação de grande isolamento não se podia processar à margem da formação de quadros habilitados, conhecedores de várias línguas e literaturas. Mas essa era também uma exigência das instâncias comunitárias.

Todavia, a medida encontrava-se enredada em vários paradoxos. Estava a ser aplicada ao ensino do italiano uma normativa que abrangia, paritariamente, outras línguas e literaturas, quando, afinal, entre o italiano e outras línguas e literaturas modernas, a situação no terreno, dentro e fora da Universidade, não era paritária. Foi neste ponto que afloraram todas as fragilidades da política de ensino que fora levada a cabo, de forma quase inalterada, ao longo de décadas.

A italianística não contava, na UC, com uma escola de investigadores, nem tão pouco com um especialista de área. Manuppella afastara-se da Faculdade de Letras e as suas investigações não foram continuadas, com a dispersão dos seus pupilos, criando um vazio. Diferentemente, outras línguas e literaturas tinham realizado um trabalho programado, em colaboração com estruturas de apoio sediadas em Coimbra, como a Alliance Française, o Goethe Institut e o British Council. Possuíam, pois, um corpo docente próprio, que englobava várias gerações.

O relacionamento entre os serviços culturais da diplomacia italiana e a UC, da década de 1970 até finais do século XX, continuou a ser próximo. No ano de 1982, em data não muito distante da conferência realizada por Umberto Eco no Instituto de Estudos Italianos da UC, é conferido o grau de doutor *honoris causa* a Amintore Fanfani, e em 1991 a Giovanni Spadolini. Noutros casos, porém, os mecanismos que suportavam essa colaboração entre instituições partiam de uma posição de exterioridade, o que fazia com que as respostas, muitas vezes, não satisfizessem as necessidades científico-pedagógicas de uma área que acumulara uma tradição de valor.

Quando, em 1987, o novo plano de estudos conferiu à licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas uma direcção prevalentemente vocacionada para o ensino (vd. infra, “Súmula legislativa”, Portaria n.º 844, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 248, de 28 de Outubro), ao mesmo tempo que consignava o funcionamento de uma única variante com italiano, Estudos Portugueses e Italianos, criou-se uma situação paradoxal. Na verdade, do quadro das línguas e literaturas modernas ministradas na UC ao nível de licenciatura, o italiano e o espanhol eram as duas únicas a não serem ensinadas nas escolas. Além disso, a admissão de uma única combinatória com italiano em muito reduzia o quadro de intercomunicação europeu, fazendo o italiano gravitar em

torno do português. Sinal desse conjunto de desequilíbrios era o contraste entre o escasso número de inscritos na licenciatura em italiano e o número de estudantes que, a partir da década de 1970 (e ainda hoje), tem vindo a frequentar italiano por um ano, cerca de uma centena, aproveitando os espaços de manobra deixados em aberto pelos vários regimes de opção. O primeiro dado ilustra o impacto de um quadro administrativo pouco flexível, o segundo traduz o interesse suscitado pela matéria.

As autoridades italianas e espanholas, cientes da gravidade da situação, uniram os seus esforços na preparação de um processo, entregue ao Ministério português, que visava a integração do ensino do italiano e do espanhol no ensino médio. Aliás, essa medida respondia aos mais elementares desafios colocados pelo quadro comunitário europeu. Num momento em que os programas de intercâmbio ERASMUS e SOCRATES estavam a receber grandes incentivos, no objectivo de promover o intercâmbio entre universidades de toda a Europa, o ensino dessas línguas, nas escolas portuguesas, erigia-se em elementar factor de coesão cultural. Depois do pedido de separação de um processo que inicialmente era comum, apresentado pelas autoridades de Espanha, o ensino do espanhol nas escolas portuguesas foi normativamente instituído em 1999, o que ainda mais acentuou a situação de isolamento do italiano.

Nestas condições, em reunião de Maio de 2003 a Comissão Coordenadora do Conselho Científico da Faculdade de Letras da UC decidiu suspender a licenciatura na variante de italiano. O sentido institucional que moveu quantos se dedicavam ao ensino italiano na UC e a sua dedicação desinteressada a uma causa cultural moveu uma reacção dura e determinada. Sucessivamente, com a aplicação do processo de Bolonha e a reestruturação do plano de estudos, em 2006, o italiano adquiriu um novo lugar, no quadro da licenciatura em Línguas Modernas (vd. *infra*, “Súmula legislativa”,

Despacho n.º 13 799, do *Diário da República*, 2.ª série, de 30 de Junho). Desta feita, o estudante passou a dispor de uma larga margem de manobra na construção do seu currículo. Apesar disso, das línguas ministradas nesta licenciatura, o italiano é a única que tem cerceada a via ensino, por não ser ensinada nas escolas, o que a relega para um lugar à parte.

As valências que andam associadas ao ensino do italiano ilustram bem as potencialidades nele contidas. Língua estrangeira contemplada pelas novas licenciaturas em Estudos Europeus e em Turismo, Lazer e Património (vd. infra, “Súmula legislativa”), é também frequentado, em vários regimes de opção, por alunos de outras Faculdades (em particular, Direito, Economia, Medicina, Ciências e Tecnologia) e faz parte da oferta do Centro de Línguas da Faculdade de Letras. Neste âmbito, erige-se em instrumento de base em muitos campos das relações económicas ou da jurisprudência. Mas, além disso, a literatura, a cultura e a língua italianas encontram-se também actualmente representadas em dois mestrados, o mestrado em Literaturas e Culturas (vd. infra, “Súmula legislativa”, Despacho n.º 10 761, do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, de 11 de Abril de 2008; e Despacho n.º 7632, do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52, de 16 de Março de 2009), e o mestrado em Tradução (vd. infra, “Súmula legislativa”, nomeadamente o mais recente Despacho n.º 8842, do *Diário da República*, 2.ª série n.º 60, de 26 de Março de 2008).

Este historial, necessariamente breve, mostra bem que os horizontes do ensino do italiano na UC, assim como, de resto, em outras instituições de ensino universitário, são latos, e só parcialmente explorados. Um dos seus pontos fortes é a atracção que exerce sobre os jovens, bem patente no número de estudantes, da mais diversa proveniência, que o frequentam em regime de opção. O carácter diversificado desse público gera e requer, simultaneamente, uma actividade de programação cultural inclusiva, que acompanhe

a leccionação, sempre aberta à colaboração com outras entidades e repartida por vários níveis, entre associações e núcleos de estudantes, unidades e órgãos institucionais da UC, entidades exteriores à UC, representantes do governo italiano em Portugal, com relevo para o Instituto Italiano de Cultura em Lisboa, centros de estudo, outras universidades portuguesas, universidades italianas ou de outros países e assim sucessivamente. Da mesma feita, começam a despontar condições de apoio a equipas luso-italianas de jovens investigadores.

É evidente que o desenvolvimento desta estratégia tem por charneira um factor-chave da actual conjuntura, a empregabilidade. Também neste plano, a inserção do ensino do italiano nas escolas poderá ser o fulcro de um crescimento sustentado num equilíbrio entre desenvolvimento económico e cultural.

BIBLIOGRAFIA

- Biblos*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1, 1925 – 78, 2002; 2.^a s., 1, 2003 – 7, 2009.
- Estudos Italianos em Portugal*, Lisboa, Instituto Italiano di Cultura in Portogallo, 1, 1939 – 54/56, 1991/1993; n. s., 0, 2005 – 4, 2009.
- Gola, Sabina, “Notes sur Eugénio de Castro et l’Italie”, in *Centenário da publicação de “Oaristos” de Eugénio de Castro. Actas do Colóquio. 7-9 Novembro 1990. Universidades de Liège e de Mons*, ed. Jean Marie d’Heur & René Poupart, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1999, pp. 87-100.
- Lancastre, Maria José de, “Uma viagem de Pirandello a Portugal”, in *Luigi Pirandello e a recepção da sua obra em Portugal*, coordenação de Rita Marnoto, Coimbra, Instituto de Estudos Italianos da FLUC, 2007, pp. 109-121.
- Macedo, Vera, *Portugal e Itália. Relações diplomáticas (1943-1974)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010.

- Marnoto, Rita, “O ensino da língua e da literatura italianas na Universidade de Coimbra”, in *A.P.H.E.L.L.E. Associação Portuguesa para a História do Ensino das Línguas e Literaturas Estrangeiras. Actas do I Colóquio. “Para uma História das Línguas e Literaturas Estrangeiras em Portugal: das Origens à Actualidade”*. Universidade de Aveiro, 23 e 24 de Novembro de 2000, Dafundo, APHELLE, 2001, pp. 91-117.
- Rodrigues, Manuel Augusto (a cargo de), *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Letras. 1. 1911-1925. 2. 1925-36*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1989-1991.
- Sousa, Jorge Pais de, *Uma biblioteca fascista em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007.
- Torgal, Luís Reis, “A Universidade, a ditadura e o Estado Novo (1926-1961). Notas de uma investigação colectiva”, in *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas. Congresso história da Universidade. 7.º centenário. 5 a 9 de Março de 1990*, Coimbra, Comissão Organizadora do Congresso “História da Universidade”, vol. 5, 1991, pp. 407-408.

FONTES MANUSCRITAS

- Actas dos Conselhos da Faculdade de Letras*, livros de 4-10-1936 a 13-10-1961.
- Livros de registo do serviço dos lentes e Livros de sumários* 1911-.